

PARTE III

Emoções e valores morais

CAPÍTULO 10

Emoções morais: algumas perspectivas, definições e funções

Letícia Helena Canela
Ana Vergínia Mangussi da Costa Fabiano
Carolina de Freitas Zanotello
Betânia Alves Veiga Dell’Agli

10.1 Introdução

As emoções morais, como culpa, vergonha, orgulho, simpatia, empatia e desprezo,¹ auxiliam as pessoas a diferenciar características morais em contextos específicos, motivam o comportamento moral e revelam os valores morais e a preocupação consigo mesmo e com os outros (Eisenberg, 2000). Essas emoções ajudam na antecipação dos resultados de eventos sociomorais e no ajustamento de suas tendências de ação moral (Arsenio *et al.*, 2006). Desse modo, quando experienciadas ou antecipadas, podem contribuir para que indivíduos cumpram regras e evitem cometer

1 Aqui, selecionamos algumas das emoções morais que consideramos possuir maior discussão e pesquisas disponíveis na literatura. A lista de possíveis emoções morais, no entanto, pode ser consideravelmente longa e depende da perspectiva adotada por cada pesquisador. É também em razão disso que podemos encontrar uma considerável dificuldade de definição de conceitos ao trabalharmos com a temática das emoções morais.

transgressões morais, aumenta e motiva comportamentos desejáveis e reparadores, promovendo ações morais (Tangney *et al.*, 2007). Portanto, as emoções morais são importantes reguladores dos nossos comportamentos, e, na literatura, também são conhecidas como emoções autoconscientes, uma vez que requerem a autorreflexão e autoavaliação de si (Eisenberg, 2000; Tangney *et al.*, 2007) para que venham à tona.

Na perspectiva neurocientífica, as emoções morais são consideradas emoções secundárias e se diferem, assim, das emoções básicas, como alegria, tristeza, raiva, medo e nojo, que são compreendidas como emoções primárias. António Damásio (1994) evidencia que as emoções primárias são consideradas emoções inatas, pré-organizadas e evocadas por uma categoria mais abrangente de eventos, à medida que as emoções secundárias surgem associadas a um objeto que as evoca, exigindo, dessa forma, a capacidade de o indivíduo avaliar a ligação entre o objeto e as consequências emocionais típicas que decorrem dessa conexão. Damásio (1994, 2003) ainda acrescenta que essas emoções desempenham um papel crucial no funcionamento adaptativo humano e que, ao se tornar consciente das emoções, as pessoas se tornam aptas a desconstruir as ligações evento-emoções, permitindo uma maior flexibilidade do comportamento. Em outros termos, ao adquirem progressivamente consciência das ligações entre emoções e certo tipo de situações, os indivíduos desenvolvem a capacidade de compreender determinados eventos emocionais automáticos, possibilitando uma flexibilidade cognitiva e comportamental mais elevada (Damásio, 1994, 2003).

De modo geral, discussões sobre emoções morais estão presentes em diversas áreas e subáreas do conhecimento.² Desse modo, o objetivo deste capítulo não é tratar de todas as possíveis perspectivas existentes sobre o tema, e tampouco de todas as possíveis emoções morais inclusas na literatura disponível, uma vez que nos estenderíamos além do escopo que nos cabe. Pretendemos, ao invés disso, abordar algumas das principais perspectivas, das evidências e das discussões que

2 No interior da área de psicologia, temos, por exemplo, estudos em psicologia do desenvolvimento que tomam as emoções morais como entrelaçadas e inseparáveis do raciocínio moral, ao passo que avaliações emocionais e reações emocionais são compreendidas como parte integrante dos julgamentos morais (Turiel & Killen, 2010). Em psicologia social e psicologia evolucionista, temos concepções que propõem a primazia das intuições morais, com a formulação de teorias que defendem que os raciocínios morais aparecem apenas em um segundo momento, como tentativa de justificar os juízos e ações advindas das intuições (Haidt, 2012). De modo semelhante, outros estudiosos fazem conexão com as neurociências ao se debruçarem sobre a importância das emoções morais no julgamento de dilemas morais, com experimentos evidenciando que no momento dos julgamentos morais se ativam áreas cerebrais majoritariamente relacionadas às emoções (Greene *et al.*, 2001).

pudemos encontrar acerca do tópico, fornecendo, ao final, uma conexão entre essa temática e o desenvolvimento moral.

Ao realizar uma investigação integradora desses estudos, percebe-se que o funcionamento moral humano resulta de uma sofisticada junção de mecanismos emocionais, cognitivos e motivacionais que corroboram para o pensar e agir moralmente, sendo essa uma área em constante crescimento e aprimoramento. Assim, a seguir, analisaremos as emoções morais de culpa e vergonha, destacando as diferenças básicas propostas na literatura; depois, trataremos do orgulho, para, então, nos debruçarmos sobre a empatia e a simpatia e, por fim, sobre o desprezo e a possibilidade de inclusão da raiva e do nojo nessa ampla gama de estudos.

10.2 Pesquisa

10.2.1 *Vergonha versus culpa*

A forma mais dominante para a diferenciação entre vergonha e culpa foi proposta por Lewis (1971), a qual integra proposições da teoria psicanalítica, da psicologia do self e teorias cognitivas, cuja abordagem se centra no papel do self na experiência dessas emoções. De acordo com a autora, a vergonha envolve uma avaliação negativa do self global, enquanto a culpa envolve uma avaliação negativa de um comportamento específico.

De modo geral, os sentimentos de vergonha são tipicamente relatados acompanhados de sensações de inferioridade, inutilidade e impotência; as pessoas envergonhadas se sentem expostas, mesmo que não haja necessariamente um público observador real presente para testemunhar suas falhas. Assim, a vergonha também corresponde às tentativas de os sujeitos negarem, esconderem ou escaparem da situação que lhes causam vergonha (Tangney *et al.*, 2007). La Taille (2002, 2006) enfatiza também que o sentimento de culpa incide sobre a ação, enquanto a vergonha incide sobre o ser, entendendo a vergonha como um “desconforto psíquico, às vezes até insuportável, decorrente de dois tipos de situação – a exposição e o juízo negativo” (La Taille, 2007, p. 24).

Apesar de não discorrermos sobre esses termos, gostaríamos de destacar que La Taille (2007), enfatiza a vergonha como uma das emoções mais importantes, elegendo-a como a “ferida moral” e destacando-a por ser um sentimento eficaz para deter ação contrária à moral, ou seja, por poder exercer um papel regulador entre a ação e o juízo. Nesse estudo, evidenciamos a principal contradição dentre essas teorias, isto é, o foco de cada abordagem está relacionado ao seu funcionamento adaptativo ou desadaptativo da vergonha. Lewis (1971), por exemplo, acentua a vergonha a partir de sua função desadaptativa, considerando-a uma emoção mais

dolorosa, justamente por envolver uma autoavaliação negativa global de si.³ Em contrapartida, La Taille (2007) salienta o valor adaptativo da vergonha, a qual desempenha esse papel regulador entre a ação e o juízo, entre outras diferenças e termos importantes que não aprofundaremos aqui.

Vários autores têm mostrado a vergonha relacionada com uma variedade de comportamentos problemáticos, ilegais, arriscados e menos adequados a desajustes psicológicos, como depressão, ansiedade, psicoticismo e raiva, enquanto a culpa foi apenas parcialmente correlacionada com as mesmas variáveis (Tangney *et al.*, 1992; Ferguson *et al.*, 1999; Stuewig *et al.*, 2015). Contudo, os autores destacam que resultados negativos, como comportamentos destrutivos e atividade criminosa, também podem surgir quando uma pessoa não sente níveis adequados de vergonha (Ferguson *et al.*, 1999; Tangney *et al.*, 1996).

A emoção moral de culpa, por sua vez, se refere a um estado de mal-estar e arrependimento que ocorre quando o sujeito está ciente de que sua ação ou omissão de ação causou o sofrimento de outra pessoa, gerando um desejo de reparação (Tangney *et al.*, 2007), seja por meio de pedir desculpas, desfazer ou de alguma forma reparar o dano que foi feito, promovendo uma resposta empática e motivando as pessoas a corrigirem o erro (Tangney *et al.*, 1996; Roos *et al.*, 2014). Dessa forma, essa emoção moral seria mais eficiente para motivar as pessoas a agir de modo moral e proativo, engajando os indivíduos a aceitar a responsabilidade e a adotar medidas reparadoras para os danos causados (Tangney, 2002).

De acordo com Tangney & Dearing (2002), ao considerarmos a natureza adaptativa da culpa, é importante discernir a tendência disposicional ou propensão para experienciar culpa e sentir culpa. A tendência para sentir culpa é adaptativa, ao passo em que motiva os indivíduos a aderir a comportamentos de aproximação após uma violação moral. Nessa perspectiva, indivíduos propensos à vergonha seriam mais suscetíveis a experiências antecipatórias e consequentes de vergonha, em relação aos seus pares menos propensos à vergonha (Tangney, 1990). Entretanto, se uma pessoa sente uma culpa generalizada, ou, em outros termos, uma culpa que não é precedida de um evento específico, isso pode assumir funções desadaptativas ou ruminativas (Tangney, 1991). Portanto, apesar do sentimento de culpa ser geral-

3 Contudo, as dimensões adaptativas de propensão à vergonha não são desconsideradas por Lewis (1971) e seus seguidores. Pelo contrário, enfatizam que os sentimentos de vergonha também podem apoiar o funcionamento social e de saúde mental, caso existam em níveis moderados, em especial quando essa emoção é antecipada. No entanto, quando se trata de suas dimensões desadaptativas, estas são relacionadas com autoavaliações negativas e comportamentos sociais inadequados, os quais prejudicam o funcionamento e a saúde mental do sujeito.

mente descrito como tendo um valor adaptativo, vários estudos apontaram para uma relação entre culpa e uma série de transtornos psicológicos, caso seja experienciada de forma inadequada, como, por exemplo, de maneira obsessiva ou por meio de um valor penoso ao envolver remorso ou arrependimento.

Conclui-se, assim, que as emoções morais de vergonha e culpa se manifestam de modos diferentes em relação à funcionalidade, uma vez que a culpa motiva o comportamento reparador enquanto a vergonha impulsiona uma forma mais defensiva, evitativa e submissa do comportamento (Tracy & Robins, 2004). Tanto o sentimento de culpa como o sentimento de vergonha podem apresentar inferências para a psicopatologia ou para resultados saudáveis, por isso a importância de se entender como ela é vivenciada e interpretada na vida do sujeito. Posto isso, passamos a apresentar outra emoção importante para o nosso aparato moral: o orgulho.

10.2.2 Orgulho

Quando se trata de motivar o comportamento social, o orgulho pode ser a emoção humana mais importante, destacam Tracy e Robins (2007b). Essa emoção moral sucede como resultado de uma avaliação positiva de suas próprias ações, e os autores acrescentam que, após os sucessos, os indivíduos sentem orgulho e que, com o tempo, esses sentimentos podem promover sentimentos e pensamentos positivos sobre o eu global, como uma boa autoestima, que informa os indivíduos de seu valor social. No entanto, é oportuno distinguirmos as duas facetas de orgulho que a literatura tem apresentado e que podem gerar resultados tanto desadaptativos quanto adaptativos para os sujeitos: o orgulho hubristico e o orgulho autêntico.

O termo grego *húbris* significa excesso de orgulho; excesso de confiança; comportamento arrogante, insolente. No contexto em estudo, ele é aplicado para se referir aos sentimentos de orgulho positivo sobre si mesmo – sobre o eu global, e não sobre a ação moral realizada. O excesso desse tipo de orgulho é associado ao narcisismo, egoísmo, baixo bem-estar, comportamento interpessoal desajustado (Morf & Rhodewalt, 2001; Paulhus *et al.*, 2004; Tracy & Robins, 2007a; Tracy *et al.*, 2009) e traços de personalidade antissociais, como raiva e agressão. Além disso, alguns estudos o apontam negativamente associado a traços de personalidade pró-social, como amabilidade, conscienciosidade e autocontrole (Carver *et al.*, 2010).

Por outro lado, o orgulho autêntico está relacionado a sentimentos positivos sobre as ações individuais, ou seja, o foco está na ação realizada e não em si próprio. Esse tipo de orgulho é associado ao bem-estar e ao comportamento moral e pró-social (Paulhus *et al.*, 2004; Tangney *et al.*, 2007; Tracy & Robins, 2007a, 2007b; Tracy *et al.*, 2009), assim como com a tendência a sentir empatia, a tendência a sentir culpa

ao prejudicar os outros e ao comportamento pró-social (Etxebarria *et al.*, 2015; Hart & Matsuba, 2007; Krettenauer & Casey, 2015).

À vista disso, as pesquisas sustentam o importante valor motivacional dessa emoção, devido ao seu papel de reforçador intrínseco do comportamento moral (Hardy & Van Vugt, 2006; Hart & Matsuba, 2007; Tangney *et al.*, 2007; Tracy, & Robin, 2007a; 2007b; Etxebarria *et al.*, 2015; Ortiz *et al.*, 2018), sendo, assim, considerados como reforçadores e motivadores para os comportamentos socialmente valorizados, levando as pessoas a agirem de maneira altruísta e serem recompensadas com status social e aceitação.

Sendo assim, destacamos mais duas emoções que são indispensáveis para que ocorra a nossa regulação comportamental: a empatia e a simpatia.

10.2.3 *Empatia versus simpatia*

O termo “empatia” causa uma considerável dificuldade de definição, uma vez que se trata de uma palavra que engloba grande variedade de fenômenos psicológicos distintos. Martin Hoffman, importante estudioso de empatia, afirma que uma resposta empática é aquela em que os afetos sentidos pelo indivíduo são mais apropriados para a situação de uma outra pessoa que para sua própria, e, ainda, que as atribuições que o sujeito faz das causas do sofrimento alheio podem fazer com que sinta um sofrimento simpático, culpa ou raiva empática (Hoffman, 2014). Além deste, outros pesquisadores de empatia enfatizaram a importância da tomada de perspectiva e definiram empatia como “uma resposta emocional que decorre do estado ou condição emocional do outro e é congruente com o estado ou condição emocional do outro”⁴ (Eisenberg *et al.*, 1991, p.65).

Com o desenvolvimento das neurociências, mais ferramentas foram sendo utilizadas nos estudos sobre empatia, abrindo novas possibilidades para investigar aspectos já investigados pela psicologia. De fato, a variedade de fenômenos que podemos englobar na palavra “empatia” não é apenas analisada por psicólogos, mas também por neurocientistas que observaram que os distintos componentes da empatia – afetivos, cognitivos e comportamentais – não estão localizados nas mesmas regiões cerebrais, e que, portanto, é necessário que pensemos em empatia como um fenômeno de distintas dimensões. Em *The functional architecture of human empathy*, John Decety, neurocientista voltado às áreas da neurociência social e neurociência afetiva, afirma que “dada a complexidade desse construto, nós acreditamos que apenas uma abordagem multidisciplinar pode ajudar a melhor entender o mecanismo

4 As traduções de trechos retirados de artigos ou livros escritos originalmente em inglês foram feitas pelas autoras deste capítulo.

de processamento de informações que dão origem a esse fenômeno psicológico subjetivo.” (Decety, 2004, p.71).

A perspectiva dos componentes funcionais da empatia, como apresentada por Decety, pensa tanto em componentes afetivos quanto cognitivos, motivacionais e de regulação, propondo que três principais componentes interagem de forma dinâmica para produzir a empatia, a saber:

compartilhamento afetivo entre o eu e o outro, baseado no acoplamento percepção-ação que leva a representações compartilhadas; consciência eu-outro. Mesmo quando há alguma identificação temporária, não há confusão entre o eu e o outro; flexibilidade mental para adotar a perspectiva subjetiva do outro e também processos regulatórios.
(Decety, 2004, p.75).

Pensando nos componentes funcionais da empatia, o autor aborda, entre outros aspectos, a fadiga por compaixão: uma exaustão física e emocional experimentada por indivíduos que ficam em intenso contato com pessoas em sofrimento, como, por exemplo, ao cuidar de pessoas doentes. De modo distinto, chamamos de empatia cognitiva a capacidade de adotar ou imaginar intencionalmente a perspectiva de outra pessoa, visando obter uma melhor compreensão de sua experiência por meio do ato de imaginar como ela se sente. A empatia cognitiva se distingue consideravelmente do chamado contágio emocional, entendido como um fenômeno em que os indivíduos tendem a expressar e sentir emoções semelhantes às dos outros, sem que necessariamente o façam intencionalmente. É importante ressaltar, no entanto, que a palavra “empatia” se refere ao conjunto dessas dimensões, e não a várias dimensões separadas.

De especial importância é a compreensão de que a empatia não necessariamente suscita comportamentos pró-sociais. Bloom (2017) argumenta que boa parte de nossas decisões morais e nossas ações são moldadas pela empatia, mas que essa não é necessariamente uma boa notícia: a empatia pode fazer com que as pessoas ajam de modos danosos para a sociedade, suscitando, por exemplo, uma espécie de paroquialismo, pois ao nos tornarmos mais sensíveis às pessoas próximas a nós, podemos negligenciar ou ser menos sensíveis às necessidades daqueles que estão distantes de nós. Além disso, como dito acima, a compaixão causada pela empatia pode gerar uma exaustão extrema, causando danos às relações sociais.

Diante disso, alguns autores propuseram que o termo “simpatia” pode ser mais pertinente para determinados contextos, como evidenciado por Malti *et al.* (2012), que descrevem a simpatia como uma emoção que envolve sentimentos de preocupação pela outra pessoa com base na compreensão das circunstâncias dessa pessoa.

Os pesquisadores enfatizam, também, que a simpatia envolve principalmente a preocupação voltada para o outro e não a experiência da mesma emoção ou de uma emoção semelhante à do outro, sendo abordada na literatura como um importante motivo de comportamento pró-social moralmente relevante e um antecedente do compartilhamento de recursos com pessoas desconhecidas (Malti *et al.*, 2012).

A empatia, por sua vez, pode levar tanto à simpatia por outra pessoa quanto à angústia pessoal, e a superexcitação empática pode levar a sentimentos de sobrecarga emocional, impossibilitando que nos preocupamos com as necessidades dos outros (Malti *et al.*, 2012). Infere-se, assim, que devemos levar em consideração as situações específicas em que ocorrem as emoções de empatia e simpatia, para que possamos diferenciá-las e, também, no caso da empatia, entender se está sendo expressa de maneira saudável ou não pelo sujeito.

Por fim, para finalizar esta seção, apresentamos as emoções de desprezo, raiva e nojo, que têm promovido grandes discussões na literatura.

10.2.4 Desprezo, raiva e nojo

Normalmente, raiva e nojo são apresentados como pertencentes ao grupo das emoções primárias – emoções inatas que, tendo uma utilidade adaptativa, permitiram e permitem a sobrevivência do indivíduo e da espécie. Longe de discordar disso, nos parece relevante, contudo, destacar aqui a existência de um corpo de estudos investigando raiva e nojo em contextos morais, quando suscitados por eventos sociais que causam indignação e/ou repulsa, e que, junto ao desprezo, se caracterizariam como emoções voltadas à condenação de atitudes alheias compreendidas pelo sujeito como indesejáveis.

Raiva, nojo e desprezo são comumente trabalhados como uma tríade nos estudos de emoções morais (Hutcherson & Gross, 2011; Rozin *et al.*, 1999), seja para afirmar sua inseparabilidade, seja para diferenciá-las. Ao abordar o desprezo, no entanto, “alguns estudiosos das emoções morais argumentam que o desprezo é, na realidade, uma mistura de raiva e desgosto. Como resultado, o desprezo não costuma figurar em pesquisas sobre emoções morais” (Russell, 2013, p. 329). Consequentemente, encontramos mais discussões voltadas aos elementos morais da raiva e do nojo que ao desprezo em específico. Aqui, nos interessa em particular apresentar as relações entre essas emoções, tanto de semelhança quanto de dessemelhança.

Como dissemos, a raiva pode ser, e muitas vezes é, suscitada por eventos não-morais, em relação aos quais a pessoa sente algum tipo de frustração. No entanto, também é possível encontrar estudos (Baumeister *et al.*, 1990; Shaver *et al.*, 1987) em que pessoas relatam ter sentido raiva em eventos com maiores preocupações morais, ao se sentirem injustiçadas, traídas ou insultadas (Haidt, 2003). É possível,

ainda, que pessoas sintam raiva observando injustiças, traições e/ou insultos ocorridos com terceiros e nos quais, portanto, não estão envolvidas; nesses casos, não é incomum que, mesmo sem terem sido diretamente afetadas, as pessoas sintam necessidade de que o perpetrador sofra alguma retaliação, como vingança ou punição (Haidt & Sabini, 2000).

O nojo moral suscita algo semelhante: geralmente, as pessoas também esperam que o perpetrador sofra algum tipo de retaliação, ainda que via ostracismo. Sendo assim, “a tendência de ação do desgosto é muitas vezes pró-social. Ao ostracizar aqueles que desencadeiam nojo moral, as pessoas em uma sociedade estabelecem uma estrutura de recompensa e punição que atua como um forte impedimento a comportamentos culturalmente inapropriados.” (Haidt, 2003, p. 858). Assim como a raiva, o nojo, tendo raízes extremamente antigas na evolução da espécie humana (Curtis *et al.*, 2004), frequentemente não é considerado uma emoção moral. Não podemos descartar, contudo, as evidências de que esse mecanismo tenha se expandido para outros domínios, permitindo que eventos moralmente relevantes suscitem reações de nojo semelhantes às provocadas por cheiros e sabores desagradáveis (Chapman & Anderson, 2013).

Apesar de suas semelhanças, raiva moral e nojo moral se distinguem tanto em relação ao que os provoca como em relação a fatores como a percepção de intencionalidade: “Raiva, mas não desgosto, responde às pistas contextuais de dano e intenção.” (Russell, 2011, p. 236). Não obstante isso, frequentemente ocorrem de maneira concomitante, dado que determinados eventos moralmente relevantes possuem elementos disparadores de ambas as emoções.

10.3 Diálogo

As emoções morais apresentadas são elementos fundamentais para pensarmos desenvolvimento moral. A psicologia do desenvolvimento moral é um ramo em constante crescimento da área de psicologia do desenvolvimento, caracterizada como um campo de estudos dedicado, principalmente, ao estudo das mudanças psicológicas que ocorrem desde o nascimento até a morte de cada indivíduo, e que possuem, em cada etapa, determinada relação com a idade (ou faixas etárias). Além disso, essas mudanças podem ser consideradas normativas ou seminormativas, significando que podem ser observadas em todos, ou quase todos, os seres humanos (Coll *et al.*, 2004). A psicologia do desenvolvimento moral, portanto, se dedica ao estudo da gênese⁵ e dos processos de mudança relativos à moral que ocorrem no desenvolvimento

5 A palavra “gênese”, nesse contexto, é usada significando origem; início.

dos indivíduos. No caso dos estudos das emoções morais, uma perspectiva desenvolvimental é aquela que:

Coloca ênfase explícita em um entendimento dos processos de mudança, tanto entre os indivíduos quanto ao longo do tempo. Eles fornecem respostas para perguntas como que tipo de continuidades e descontinuidades podem ser observadas ao longo do tempo na ocorrência e intensidade das emoções em contextos da moralidade cotidiana, por que essas mudanças ou estabilidades ocorrem e como elas predizem outras dimensões do desenvolvimento socioemocional. Normalmente, isso envolve o estudo nomotético da mudança normativa nas emoções morais, por exemplo, através de uma comparação entre grupos etários [como primeira infância vs. meia infância] (Malti & Dys, 2015, p.1).

Por mais que pesquisadores divirjam consideravelmente quanto a questões teóricas específicas, como a centralidade (ou não) das emoções morais nos juízos e raciocínios morais, podemos, atualmente, compreender como sendo de comum acordo o entendimento de que desempenham um importante papel nos processos de desenvolvimento moral. O pioneiro dos estudos de desenvolvimento moral, Jean Piaget – cujo principal objetivo “foi definir, a partir da perspectiva da biologia, como o sujeito passaria de um conhecimento menor anterior para um nível de maior conhecimento” (Caetano, 2010, p.1), dedicando-se, portanto, à cognição humana –, afirmou a relevância dos afetos ao escrever que “existe, com efeito, um paralelo constante entre a vida afetiva e a intelectual (...). Afetividade e inteligência são, assim, indissociáveis e constituem os dois aspectos complementares de toda conduta humana” (Piaget, 1999, p. 22).

Enquanto a importância das emoções é uma questão razoavelmente bem resolvida, muitas outras questões ainda intrigam pesquisadores de desenvolvimento: “Algumas das questões mais intrigantes em torno das emoções morais humanas são sobre seu surgimento, desenvolvimento e sua integração e crescente coordenação com avanços no desenvolvimento sociocognitivo.” (Malti & Dys, 2015, p. 1). Sendo uma temática relativamente nova no interior da psicologia do desenvolvimento, muitos dos estudos foram (e estão sendo) desenvolvidos nas últimas décadas e, em especial, nos últimos anos. Dentre eles, boa parte foram focados em empatia e/ou simpatia (Eisenberg, 2013), sendo os estudos sobre o desenvolvimento de outras emoções morais, como culpa e orgulho, consideravelmente mais recentes (Malti *et al.*, 2009; Malti *et al.*, 2013; Kochanska *et al.*, 2009; Oser 2006; Malti *et al.*, 2012).

Em *A developmental perspective on moral emotions*, Tina Malti e Sebastian Dys propõem uma perspectiva desenvolvimental para o estudo das emoções morais, integrando afetos e cognição ao investigar o aparecimento e o desenvolvimento de

emoções morais complexas (Malti & Dys, 2013). A base para esse modelo é o entendimento de que as emoções e os raciocínios morais se tornam cada vez mais integrados no curso do desenvolvimento, e que as crianças participam ativamente desse processo por meio da interação com o ambiente físico e, principalmente, e por intermédio de um ambiente social que as auxiliem na construção de conhecimentos morais. Os possíveis delineamentos para pesquisas que tratam desses assuntos são vários, podendo-se ressaltar, dentre eles, estudos que investiguem as relações entre diferentes emoções morais e as mudanças nessas relações durante o desenvolvimento, e, também, pesquisas com metodologias inovadoras para o estudo das emoções morais (Malti & Dys, 2015).

Conclui-se, portanto, que a temática das emoções morais é uma temática extremamente rica e atual, que, não obstante nova, já conta com ampla gama de estudos e com ótimas perspectivas para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- Arsenio, W. F., Gold, J., & Adams, E. (2006). Children's conceptions and displays of moral emotions. In M. Killen & J. G. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development*. pp. 581-609. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Baumeister, R. F., Stillwell, A., & Wotman, S. R. (1990). Victim and perpetrator accounts of interpersonal conflict: autobiographical narratives about anger. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(5), 994-1005.
- Bloom, P. (2017). *Against empathy: the case for rational compassion*. Random House.
- Caetano, L. M. (2010). A epistemologia genética de Jean Piaget. *ComCiência*, 120, 0-0.
- Carver, C. S., Scheier, M.F., & Segerstrom, S.C. (2010). Optimism. *Clin Psychol Rev.* 30(7), 879-89.
- Chapman, H. A., & Anderson, A. K. (2013). Things rank and gross in nature: a review and synthesis of moral disgust. *Psychological Bulletin*, 139(2), 300-327.
- Coll, C., Marchesi, Á., & Palacios, J. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Artes Médicas.
- Curtis, V., Aunger, R., & Rabie, T. (2004). Evidence that disgust evolved to protect from risk of disease. *Proceedings of the Royal Society of London. Series B: Biological Sciences*, 271(suppl_4), S131-S133.
- Damásio, A. R. (1994). *Descartes' error: emotion, reason, and the human brain*. Harper Collins.
- Damásio, A. R. (2003). *Looking for Spinoza: joy, sorrow, and the feeling brain*. Harcourt, Inc.
- Decety, J., & Jackson, P. L. (2004). The functional architecture of human empathy. *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews*, 3(2), 71-100.
- Eisenberg, N. (2000). Emotion, regulation, and moral development. *Annual Review of Psychology*, 51, 665-697.

- Eisenberg, N., Spinrad TL, Morris A. (2013) Empathy-related responding in children. In M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development*. 2nd ed., pp 184-207. Taylor & Francis.
- Eisenberg, N., Shea, C. L., Carlo, G., & Knight, G. P. (1991). Empathy-related responding and cognition: a “chicken and the egg” dilemma. In N. Eisenberg, C. Shea; G. Carlo & G. P. Knight, *Handbook of moral behavior and development*, vol. 1. pp. 63-88. Psychology Press.
- Ettxebarria, I., Ortiz, M.-J., Apodaca, P., Pascual, A., & Conejero, S. (2015). Pride as moral motive: Moral pride and prosocial behaviour. *Infancia y Aprendizaje: Journal for the Study of Education and Development*, 38(4), 746-774.
- Ferguson, T. J., Stegge, H., Miller, E. R., & Olsen, M. E. (1999). Guilt, shame, and symptoms in children. *Developmental Psychology*, 35(2), 347-357.
- Haidt, J., & Sabini, J. (2000). What exactly makes revenge sweet? Unpublished manuscript. University of Virginia.
- Haidt, J. (2003). Moral emotions. In: R. J. Davidson, K. R. Scherer, & H. H. Goldsmith (Eds.) *Handbook of affective sciences*. pp. 852-870. Oxford University Press.
- Hardy, C. L., & Van Vugt, M. (2006). Nice guys finish first: the competitive altruism hypothesis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(10), 1402-1413.
- Hart, D., & Matsuba, M. K. (2007). The development of pride and moral life. In J. L. Tracy, R. W. Robins, & J. P. Tangney (Eds.), *The self-conscious emotions: theory and research*, 114-133. Guilford Press.
- Hoffman, M. L. (2014). Empathy, social cognition, and moral action. In M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral behavior and development*. pp. 299-326. Psychology Press.
- Hutcherson, C. A., & Gross, J. J. (2011). The moral emotions: a social-functionalist account of anger, disgust, and contempt. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(4), 719.
- Kochanska, G., Barry, R. A., Jimenez, N. B., Hollatz, A. L., & Woodard, J. (2009) Guilt and effortful control: two mechanisms that prevent disruptive developmental trajectories. *J Pers Soc Psychol*, 97(2):322-333.
- Krettenauer, T., & Casey, V. (2015). Moral identity development and positive moral emotions: Differences involving authentic and hubristic pride. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 15(3), 173-187.
- La Taille, Y. (2002). *Vergonha, a ferida moral*. Vozes.
- La Taille, Y. (2006). A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(1), 9-17.
- La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento Humano: contribuições da psicologia moral. *Psicologia USP*, 18(1), 11-36.
- Lewis, H. B. (1971). *Shame and guilt in neurosis*. International Universities Press.
- Malti, T., Gummerum, M., Keller, M., & Buchmann, M. (2009). Children's moral motivation, sympathy, and prosocial behavior. *Child Dev*, 80(2), 442-460.

- Malti, T., Eisenberg, N., Kim H., & Buchmann M. (2013) Developmental trajectories of sympathy, moral emotion attributions, and moral reasoning: the role of parental support. *Social Development*, 22(4), 773-793.
- Malti, T., Gummerum, M., Keller, M., Chaparro, M. P., & Buchmann, M. (2012). Early sympathy and social acceptance predict the development of sharing in children. *PLoS ONE*, 7(12), e52017.
- Malti, T., & Dys, S. P. (2015). A developmental perspective on moral emotions. *Topoi*, 34(2), 453-459.
- Morf, C. C., & Rhodewalt, F. (2001). Unraveling the paradoxes of narcissism: a dynamic self-regulatory processing model. *Psychological Inquiry*, 12(4), 177-196.
- Ortiz, M. J. B., Etxebarria I., Apodaca, P., Conejero S. L., & Pascual A. J. (2018). Moral emotions associated with prosocial and antisocial behavior in school-aged children. *Psicothema*, 30(1), 82-88.
- Oser, F. (2006). The “unhappy moralist” effect: emotional conflicts between being good and being successful. In L. Verschaffel, F. Dochy, M. Boekaerts, & S. Vosniadou (Eds.), *Instructional psychology: past, present and future trends* (pp 149-166). Elsevier.
- Paulhus, D. L., Robins, R. W., Trzesniewski, K. H., & Tracy, J. L. (2004). Two replicable suppressor situations in personality research. *Multivariate Behavioral Research*, 39(2), 303-328.
- Piaget, J. (1999). *Seis estudos de psicologia*. 24ª ed. Forense-Universitária.
- Roos, S., Hodges, E. V. E., & Salmivalli, C. (2014). Does guilt- and shame-proneness differentially predict prosocial, aggressive, and withdrawn behaviors during early adolescence? *Developmental Psychology*, 50(3), 941-946.
- Rozin, P., Lowery, L., Imada, S., & Haidt, J. (1999). The CAD triad hypothesis: a mapping between three moral emotions (contempt, anger, disgust) and three moral codes (community, autonomy, divinity). *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(4), 574.
- Shaver, P., Schwartz, J., Kirson, D., & O'Connor, C. (1987). Emotion knowledge: further exploration of a prototype approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(6), 1061-1086.
- Stuewig, J., Tangney, J.P., Kendall, S. (2015). Children's proneness to shame and guilt predict risky and illegal behaviors in young adulthood. *Child Psychiatry Hum Dev* 46(2), 217-227.
- Russell, P. S., & Giner-Sorolla, R. (2011). Moral anger, but not moral disgust, responds to intentionality. *Emotion*, 11(2), 233.
- Russell, P. S., & Giner-Sorolla, R. (2013). Bodily moral disgust: What it is, how it is different from anger, and why it is an unreasoned emotion. *Psychological bulletin*, 139(2), 328-351.
- Tangney, J. P. (1990). Assessing individual differences in proneness to shame and guilt: development of the self-conscious affect and attribution inventory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(1), 102-111.

- Tangney, J. P. (1991). Moral affect: the good, the bad, and the ugly. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(4), 598-607.
- Tangney, J. P. (2002). Perfectionism and the self-conscious emotions: shame, guilt, embarrassment, and pride. In G. L. Flett & P. L. Hewitt (Eds.), *Perfectionism: theory, research, and treatment*, (pp. 199-215). American Psychological Association.
- Tangney, J.P., & Dearing, R. L. (2002). *Shame and guilt*. Guilford Press.
- Tangney, J. P., Stuewig, J., & Mashek, D. J. (2007). Moral emotions and moral behavior. *Annual Review of Psychology* 58(1), 345-372.
- Tangney, J. P., Wagner, P., & Gramzow, R. (1992). Proneness to shame, proneness to guilt, and psychopathology. *Journal of Abnormal Psychology*, 101(3), 469-478.
- Tangney, J. P., Wagner P.E., Hill-Barlow, D., Marschall, D. E., & Gramzow, R. (1996). Relation of shame and guilt to constructive versus destructive responses to anger across the lifespan. *J. Personal. Soc. Psychol.* 70(4), 797-809.
- Tracy, J. L., & Robins, R. W. (2004). Putting the self into self-conscious emotions: a theoretical model. *Psychological Inquiry*, 15, 103-125.
- Tracy, J. L., & Robins, R. W. (2007a). The nature of pride. In J. L. Tracy, R. W. Robins, & J. P. Tangney (Eds.), *The self-conscious emotions: theory and research*. pp. 263-282. Guilford.
- Tracy, J.L., & Robins, R.W. (2007b). The psychological structure of pride: a tale of two facets. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(3), 506-525.
- Tracy, J. L., Cheng, J. T., Robins, R. W., & Trzesniewski, K. H. (2009). Authentic and hubristic pride: the affective core of self-esteem and narcissism. *Self and Identity*, 8(2-3), 196-213.